

# Por um desenvolvimento mais humano

ANDRÉ FRANCO MONTORO

Convocada pela Assembléia das Nações Unidas, reúne-se em Copenhague, nestes dias, a Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social.

Depois de sucessivas décadas dedicadas ao "desenvolvimento econômico", a ONU, por iniciativa do ex-presidente do Chile, Patricio Aylwin, tomou a histórica decisão de convocar uma reunião de chefes de Estado e de governo de todos os países do mundo para debater os problemas do atual modelo de desenvolvimento e abrir caminhos para um novo "desenvolvimento social".

A Conferência tem o sentido de uma advertência sobre os rumos do atual desenvolvimento mundial e de procura de novos caminhos. Seu objetivo é transformar as declarações retóricas sobre direitos humanos em ações concretas.

Três questões fundamentais integram a ordem do dia:

- a luta contra a pobreza;
- o apoio à integração social dos grupos marginalizados;
- a criação de empregos e oportunidades de trabalho.

A mundialização da economia e o progresso das tecnologias aumentam a cada dia a interdependência entre as nações. Caminhamos para um mundo só. Chegou-se a admitir que essa mundialização beneficiaria a todos. Mas a presente realidade mundial oferece contrastes gritantes. Ao lado das conquistas e avanços do desenvolvimento econômico, cresce ou se agrava continuamente um quadro de miséria, marginalização e desigualdades inadmissíveis.

Os dados são estarrecedores. Enquanto avança o progresso econômico e a riqueza das nações:

- 1,1 bilhão de pessoas, isto é, uma quinta parte da população mundial, passa fome e vive em condições de extrema pobreza;
- 2,5 bilhões de pessoas não têm emprego produtivo;
- 30% de toda a população em idade economicamente ativa está desempregada.
- em países altamente industrializa-

dos, e não apenas nos demais, o desemprego e a exclusão social tornaram-se endêmicos.

Em suma: a crise social atinge todos os países do mundo. Em lugar da igualdade desejada, existe o progressivo agravamento das desigualdades. "Os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres", enfatizou o secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Ghali. A persistência e o contínuo agravamento dessa realidade mostra que não se trata de uma situação conjuntural, mas de um quadro de pobreza estrutural.

Pobres, desempregados, sem teto, trabalhadores migrantes, meninos de rua, periferias das grandes cidades, minorias marginalizadas constituem em todo o mundo grupos carentes, vítimas de discriminação de toda ordem.

Para enfrentar a situação de pobreza e dos grupos marginalizados, não bastam os tradicionais programas de socorro e assistência. Impõe-se o esforço pela adoção de uma nova política de integração social.

O desenvolvimento social, centrado na dignidade das pessoas humanas e no reconhecimento da cidadania, exige não apenas medidas emergenciais de alívio à pobreza, mas políticas que elevem os marginalizados à condição — não de objeto — mas de agentes do seu próprio desenvolvimento.

Essa integração dos excluídos e sua participação nos programas de desenvolvimento só é possível em nível local. Por isso os principais documentos preparatórios da Conferência apontam à necessidade de "acolher formas descentralizadas de gestão da coisa pública" e de "políticas sociais descentralizadas", longe das custosas centralizações buro-

cráticas e perto das populações locais.

O grande caminho para a integração dos marginalizados é a procura incessante na criação de novos empregos. A maior parte da população em estado de pobreza não possui emprego. Como lembra Ignácio Sachs, o progresso dos dois primeiros objetivos — combate à miséria e integração social — dependerá em grande parte dos resultados alcançados na criação de empregos, pois "a integração produtiva é a única forma de atacar as raízes da exclusão social".

Os Estados, os organismos internacionais e a sociedade civil dispõem de meios e possibilidades de executar uma ampla política de emprego, através de investimentos em infra-estrutura, ação descentralizada, incentivo às economias locais e principalmente no apoio e in-

centivo às pequenas empresas e iniciativas geradoras de trabalho e renda.

Existem hoje, em todo o mundo, milhares de experiências, exemplos e possibilidades de multiplicação de pequenos em-

preendimentos, estimuladores de ocupação produtiva, social, ambiental e cultural para milhões de pessoas. O importante é firmar a decisão política dos Estados e dos organismos internacionais e assegurar o apoio às manifestações de solidariedade que brotam em todas as partes da terra.

Por essas razões a Conferência de Copenhague surge como a esperança de novos rumos para todos os que sentem que o desenvolvimento com justiça social é o único caminho da paz.

**ANDRÉ FRANCO MONTORO**, 78, é deputado federal pelo PSDB de São Paulo, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e membro da Delegação Brasileira à Conferência de Copenhague. Foi senador pelo MDB de São Paulo (1970-82), governador do Estado de São Paulo (1983-86) e ministro do Trabalho e Previdência Social (1961-62).

---

*O desenvolvimento com  
justiça social é  
o único caminho  
para a paz*

---